

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 919.591 PARAÍBA

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : EDUARDO HENRIQUE PAREDES DO AMARAL
ADV.(A/S) : EDUARDO DILETIERE COSTA CAMPOS TORRES
ADV.(A/S) : TIAGO ESPÍNDOLA BELTRÃO
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

EMENTA: É incognoscível recurso extraordinário cuja petição de interposição **não tenha destacado, em capítulo autônomo, a prévia, necessária e explícita demonstração, formal e fundamentada, da repercussão geral** da questão constitucional suscitada. **O descumprimento, pela parte recorrente, dessa obrigação processual imposta pelo art. 543-A, § 2º, do CPC torna inadmissível o apelo extremo. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. Agravo conhecido para negar-lhe provimento.**

DECISÃO: O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao resolver questão de ordem suscitada no AI 664.567/RS, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, decidiu “(...) que a exigência da demonstração formal e fundamentada no recurso extraordinário da repercussão geral das questões constitucionais discutidas só incide quando a intimação do acórdão recorrido tenha ocorrido a partir de 03 de maio de 2007, data da publicação da Emenda Regimental nº 21, de 30 de abril de 2007 (...)” (grifei).

Cumpre observar que a parte ora recorrente foi intimada do acórdão recorrido em data posterior à publicação da Emenda Regimental nº 21/2007, o que faz incidir sobre ela, consoante definido em mencionado julgamento plenário, o ônus processual de proceder, em capítulo destacado e autônomo, à demonstração formal e fundamentada, no

recurso extraordinário que deduziu, da repercussão geral das questões constitucionais.

É importante registrar, ainda, segundo decidido nesse mesmo julgamento (**AI 664.567-QO/RS**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Pleno), **que o Presidente do Tribunal recorrido (ou o Presidente da Turma ou Colégio Recursal), no exercício do controle prévio de admissibilidade recursal, dispõe de competência** para verificar, **em relação aos casos nos quais a intimação do acórdão recorrido tenha se verificado a partir de 03/05/2007, se o recorrente procedeu, ou não, à demonstração formal e fundamentada, em capítulo autônomo,** no recurso extraordinário interposto, **da repercussão geral** das questões discutidas.

Essa visão do tema – *que bem reflete* a diretriz jurisprudencial **firmada** por esta Suprema Corte – **foi exposta, de modo claro,** por GLAUCO GUMERATO RAMOS (“Repercussão Geral na Teoria dos Recursos. Juízo de Admissibilidade. Algumas Observações”, “in” Revista Nacional de Direito e Jurisprudência nº 84, ano 7, dezembro/2006, p. 53), **em lição** na qual reconhece **assistir** ao Presidente do Tribunal “a quo” (ou da Turma ou Colégio Recursal) **competência** para examinar, **em sede de controle prévio de admissibilidade, a verificação** da demonstração formal e fundamentada, **em capítulo autônomo,** da repercussão geral, **só não lhe competindo** o poder – que cabe, *exclusivamente*, ao Supremo Tribunal Federal (CPC, art. 543-A, § 2º) – de decidir **sobre a efetiva existência,** no caso, **da repercussão geral.**

Esse **mesmo** entendimento **é perfilhado** por GUILHERME BEUX NASSIF AZEM (“A Súmula 126 do STJ e o Instituto da Repercussão Geral”, p. 91/95, item n. 2, “in” “Revista Jurídica” nº 358, agosto de 2007) e por CARLOS AUGUSTO DE ASSIS (“Repercussão Geral como Requisito de Admissibilidade do Recurso Extraordinário – Lei 11.418/2006”, p. 32/46, item V, “in” “Revista Dialética de Direito Processual” nº 54, setembro 2007).

É claro que o juízo prévio de admissibilidade do recurso extraordinário, a ser exercido, em um **primeiro** momento, pela Presidência do Tribunal recorrido (ou da Turma ou Colégio Recursal), **não se confunde** com o reconhecimento de que a matéria arguida no apelo extremo **possua, ou não, relevância** do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, **pois, quanto a esse aspecto, somente** o Supremo Tribunal Federal **dispõe de competência** para apreciar, em cada caso, **a existência**, ou não, **da repercussão geral**.

O **exame** dos presentes autos **evidencia** que a parte ora agravante, **ao interpor** o recurso extraordinário **a que se refere** o presente agravo, **não demonstrou**, “em preliminar do recurso” (CPC, art. 543-A, § 2º), **a existência** da repercussão geral, **o que torna incognoscível**, de plano, o apelo extremo em questão.

Com efeito, o Código de Processo Civil, **ao dispor** sobre a demonstração, *por parte do recorrente*, da existência de repercussão geral, **determina** que a petição recursal extraordinária **o faça em capítulo formalmente destacado e autônomo** (art. 543-A, § 2º), **inexistente no caso ora em análise**.

A **consequência processual** resultante *da inobservância* dessa determinação legal **traduz-se na inadmissão do recurso, consoante prescreve, de modo expresso**, o art. 327, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal:

“Art. 327. A Presidência do Tribunal recusará recursos que não apresentem preliminar formal e fundamentada de repercussão geral (...).

§ 1º Igual competência exercerá o(a) Relator(a) sorteado(a), quando o recurso não tiver sido liminarmente recusado pela Presidência.” (grifei)

É importante assinalar, ainda, ante a indispensabilidade de referida preliminar, *que não se pode sequer cogitar*, no que concerne a tal **pré-requisito** de admissibilidade do recurso extraordinário, **da ocorrência “de demonstração implícita”** da repercussão geral do tema constitucional suscitado (**RE 569.476-AgR/SC**, Rel. Min. ELLEN GRACIE, Pleno), **independentemente** de tratar-se, *ou não*, de matéria penal.

É por isso que o Supremo Tribunal Federal *tem enfatizado* **caber** “à parte recorrente **demonstrar**, de forma expressa e acessível, **as circunstâncias** que poderiam configurar a relevância – **do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico – das questões constitucionais** invocadas no recurso extraordinário”, **sob pena de a ausência** (ou, até mesmo, a deficiência) da fundamentação **inviabilizar** o apelo extremo interposto (**RE 611.023-AgR/RJ**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, *v.g.*).

Vê-se, portanto, que o descumprimento, pela parte recorrente, dessa obrigação processual **imposta** pelo art. 543-A, § 2º, do CPC **torna inadmissível** o apelo extremo, **como reiteradamente tem advertido a jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal, *inclusive aquela emanada de seu E. Plenário* (**ARE 663.637/AgR-QO/MG**, Rel. Min. AYRES BRITTO – **RE 569.476-AgR/SC**, Rel. Min. ELLEN GRACIE, *v.g.*), **cujas decisões** – apoiadas no art. 543-A, § 2º, do CPC (**aplicável, por analogia**, ao processo penal, **por efeito** do que prescreve o art. 3º do CPP) – **têm destacado a absoluta indispensabilidade** dessa “**preliminar do recurso**” (**AI 667.027/PI**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **RE 559.059/AC**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO – **RE 565.119/MG**, Rel. Min. MENEZES DIREITO – **RE 566.728/BA**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – **RE 611.023-AgR/RJ**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, *v.g.*):

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO
(LEI Nº 12.322/2010) – EMENDA REGIMENTAL Nº 21/2007
(STF) – INTIMAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO EM DATA

POSTERIOR A 03/05/2007 – EXIGÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO FORMAL E FUNDAMENTADA, EM CAPÍTULO AUTÔNOMO, NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, DA REPERCUSSÃO GERAL DAS QUESTÕES CONSTITUCIONAIS – INOCORRÊNCIA – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

– A repercussão geral, nos termos em que instituída pela Constituição e regulamentada em sede legal (Lei nº 11.418/2006), constitui pré-requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, cuj a cognição, pelo Supremo Tribunal Federal, depende, para além da constatação dos pressupostos recursais que lhe são inerentes, do reconhecimento da existência de controvérsia constitucional impregnada de alta e relevante transcendência política, econômica, social ou jurídica, que ultrapasse, por efeito de sua própria natureza, os interesses meramente subjetivos em discussão na causa.

– Incumbe, desse modo, à parte recorrente, quando intimada do acórdão recorrido em data posterior à publicação da Emenda Regimental nº 21/2007 (03/05/2007), a obrigação de proceder, em capítulo autônomo, à prévia demonstração, formal e fundamentada, no recurso extraordinário interposto, da repercussão geral das questões constitucionais discutidas, sob pena de incognoscibilidade do apelo extremo. Precedente.

– Assiste, ao Presidente do Tribunal recorrido, competência para examinar, em sede de controle prévio de admissibilidade do recurso extraordinário, a demonstração formal e fundamentada, em capítulo autônomo, da repercussão geral, só não lhe competindo o poder – que cabe, exclusivamente, ao Supremo Tribunal Federal (CPC, art. 543-A, § 2º) – de decidir sobre a efetiva existência, ou não, em cada caso, da repercussão geral suscitada. Doutrina. Precedentes.”

(ARE 710.927-AgR/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **conheço** do presente agravo, **para negar-lhe provimento**, eis que **correta** a decisão

ARE 919591 / PB

que **não** admitiu o recurso extraordinário a que ele se refere (CPC, art. 544, § 4º, II, “a”, **na redação** dada pela Lei nº 12.322/2010).

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator